AQUICULTURA BRASILEIRA: GOVERNANÇA AMBIENTAL E LEGISLAÇÃO

Glaucio Gonçalves TIAGO^{1,2}

¹ PhD, Pesquisador Científico do Instituto de Pesca - APTA/SAA

² Endereço/Adress: Instituto de Pesca - APTA/SAA - Av. Francisco Matarazzo, 455 - CEP: 05001-900 - São Paulo, SP - Brasil. E-mail: glaucio@uol.com.br

Palavras-chave: Aquicultura, governança, gestão, complexidade, interdisciplinaridade, legislação.

INTRODUÇÃO

Em um panorama do desenvolvimento humano que engloba escassez de recursos, complexidade e interdisciplinaridade temática, na análise e resolução de questões e problemas, termos como “gestão”, “uso racional”, “sustentabilidade” e “governança” são comumente agregados aos discursos técnico-científicos e governamentais.

Baseada em sua experiência internacional, a UNESCAP (2011) considera que: “Governança é o processo de tomada de decisão e o processo pelo qual as decisões são, ou não, implementadas”.

O conceito de “Governança” não é novo e não se confunde com governo ou ação governamental. É tão antigo quanto à civilização humana e comporta atores, estruturas e normas formais e informais, como os encontrados na aquicultura brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir das bases conceituais voltadas a nomogênese e a governança, sob perspectivas metodológicas e marcos conceituais interdisciplinares propostos por LEFF (2000) e TIAGO (2007), e do levantamento e coleta de dados de legislação e de normas de certificação técnica voltadas à atividade aquícola, foram analisadas criticamente estratégias e instrumentos de implementação institucional de gestão, voltados ao desenvolvimento da aquicultura brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

COMPLEXIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

Para Enrique LEFF (2000), a interdisciplinaridade não é só uma prática teórico-metodológica, senão um conjunto de práticas sociais que intervêm na construção do ambiente como um real complexo. E, assim:

“O processo interdisciplinar deve necessariamente apresentar algumas características, tais como, ser: a) dialético, pois surge das contradições do esforço de integração de saberes; b) sistêmico, porque exige a análise das dinâmicas e estruturas dos saberes; c) seletivo, porque, para cada problema, obriga buscar categorias críticas; d) interativo, porque é um processo por aproximações sucessivas; e e) aberto, porque busca um aperfeiçoamento mútuo entre os saberes.” Atualmente, em relação à natureza do espaço, e conforme Milton SANTOS (2002), é necessário a compreensão de uma nova dimensão do conceito “região”, em função da multiplicidade e rapidez de eventos globais que atualmente ocorrem em determinados territórios. Desfazendo-se assim a idéia de região como um subespaço territorial determinado e estável. Assim, SANTOS (2002) considera que: *“As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto.”* Um bom exemplo de complexidade e de interdisciplinaridade contido no conceito de governança, é a organização da gestão de bacia hidrográfica no Brasil.

LEGISLAÇÃO DE AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL E SUSTENTABILIDADE A legislação da aquicultura brasileira, ontologicamente, apresenta grande e extrema complexidade e interdisciplinaridade na sua nomogênese, como ora demonstram os seus principais diplomas legais regulamentadores, expostos a seguir:

DECRETO nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 - Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências;

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAP/PR nº 03, de 12 de maio de 2004 - Dispõe sobre operacionalização do Registro Geral da Pesca;

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL SEAP/PR MMA MPOG MM ANA IBAMA nº 06, de 31 de maio de 2004 - Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO CONAMA nº 413, DE 26 de junho de 2009 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências;

LEI nº 11.959, de 29 de junho de 2009 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras,

revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências;

DECRETO nº 6.981, de 13 de outubro de 2009 - Regulamenta o art. 27, § 6º, inciso I, da Lei nº 10.683, de 2003, dispondo sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Neste sentido, verifica-se o uso predominante de atos administrativos regulamentadores para disciplinar a atividade aquícola brasileira, como, em análise detalhada, bem demonstra a Resolução CONAMA nº 413, de 26 de junho de 2009, baseada em vários diplomas ambientais de vários ramos do Direito como, e ao menos, "Meio Ambiente", "Recursos Hídricos", "Constitucional" e "Administrativo".

Estudos desenvolvidos por TIAGO (2007), voltados à sustentabilidade, às estruturas jurídico-normativas e às implicações socioculturais e ambientais do direcionamento da atividade do agronegócio da aquicultura, demonstram vários aspectos condicionantes ao alcance de um desenvolvimento responsável da aquicultura brasileira. Estes estudos estabeleceram que padrões de certificação ambiental, contidos nas séries de norma ISO e NBR 14000, de certificação de cadeias de custódia e de responsabilidade social empresarial delimitada na norma SA 8000 (SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNATIONAL, 2008), são imprescindíveis ao alcance de uma boa governança da aquicultura brasileira.

CONCLUSÃO

Uma política eficaz para o alcance de uma boa governança da aquicultura brasileira deve visar, principalmente, a certificação ambiental, a responsabilidade social empresarial, a agregação de valores (nutricionais, mercadológicos, ambientais, sociais, culturais, etc...) à produção aquícola, a geração de emprego e renda e a estabilidade institucional.

REFERÊNCIAS

- LEFF, E. 2000 Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILLIPI Junior, A.; TUCCI, C.E. M.; HOGAN, D.J.; NAVEGANTES, R. - Interdisciplinaridade em ciências ambientais. São Paulo: Signus, p.19-51. (Série textos básicos para a formação ambiental, 5)
- SANTOS, M. 2002 A Natureza do Espaço. São Paulo: EDUSP, 384p.

SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNATIONAL 2008 Social Accountability 8000. Social Accountability International, 10p. - Disponível em: http://www.sa-intl.org/_data/n_0001/resources/live/2008StdEnglishFinal.pdf

TIAGO, G.G. 2007 Governança e Sustentabilidade Ambiental: A Aquicultura na Região Metropolitana de São Paulo (Digital). São Paulo: Glauco Gonçalves Tiago (Editor), 149p. Disponível em: <http://www.almaliore.org/html/livros.html>

UNESCAP/United Nations Economic and Social Commission for Asia and Pacific 2011 What is Good Governance. UNESCAP - Disponível em: <http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.asp>